
O AZORRAGUE DE DEUS: A REEMERGÊNCIA PÚBLICA DA ESQUERDA EVANGÉLICA ENTRE 2016 E 2018

Vítor Queiroz de Medeiros

Universidade de São Paulo

São Paulo - SP - Brasil

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3337-8109>

Introdução

O objetivo desse artigo é apresentar uma caracterização geral do ativismo político da “esquerda evangélica”. Para isso, baseio-me em resultados parciais da minha atual pesquisa sobre o tema, motivo pelo qual privilegiarei dados e avaliações de exploração empírica desse universo político-religioso ainda pouco estudado nas ciências sociais no Brasil, e na sociologia em particular, sobretudo em contraste com o acúmulo bibliográfico sobre a direita evangélica. Evitando qualquer viés essencialista, a caracterização da esquerda evangélica deve partir dos modos de aparição pública observáveis em suas práticas e discursos, mas também ser referenciada historicamente no contexto de forte polarização política atual. Esse é um dos motivos pelo qual esse texto enfoca a atuação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, grupo evangélico à esquerda de maior visibilidade pública no período analisado e cujo repertório de ações será descrito adiante. Trata-se de um ator coletivo cuja formação se deu em reação ao impeachment da presidente da República Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, processo apoiado pela bancada evangélica. Ao contrário do que poderíamos supor de imediato, esse artigo indica que a reemergência pública da esquerda evangélica no Brasil *precede* a ascensão política de Jair Bolsonaro (PSL) e a exacerbação do conflito político no país.

Desde 2016, ganhou corpo um campo político evangélico classificado por seus integrantes e oponentes como de “esquerda” ou “progressista”,¹ ambas as categorias êmicas de auto e heteroclassificação dos evangélicos engajados em ativismos políticos.² Também cabe destacar o caráter relacional de tais categorias, assumidas na designação de posições/identidades políticas homólogas e referenciadas em classificações historicamente estabelecidas (Bobbio 2012). A direita evangélica desposa um programa ético-político cujos próprios atores nomeiam como “de direita”, em geral com ênfases moralmente conservadoras e contrárias à expansão de direitos de grupos subalternizados, como minorias sexuais e religiosas. Esse conjunto de atores evangélicos de direita radicalizou politicamente nos últimos anos e se associou à extrema-direita brasileira, capitaneada pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro e seu movimento político, o bolsonarismo. Do outro lado está a autointitulada esquerda evangélica, que nos últimos anos se opôs ao impeachment, fez oposição ao governo de Michel Temer (MDB), apoiou Fernando Haddad (PT) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) contra Jair Bolsonaro (PSL e PL) e subscreve o programa político igualitarista reivindicado por agrupamentos de esquerda. Ambos os grupos disputam visibilidade e legitimidade para monopolizar a representatividade pública da identidade evangélica, definindo normativamente o conteúdo político adequado a ela. Não à toa pululam vídeos nas redes sociais de lideranças evangélicas com fortes chamadas: “é possível ser evangélico e ser de esquerda?” ou “é possível ser evangélico e ser de direita?”.

A pesquisa de que esse artigo dá notícia visa reconstruir essas lutas políticas entre tais religiosos. Os resultados parciais aqui apresentados se concentram na caracterização em linhas gerais do ativismo da esquerda evangélica, na descrição do repertório de um de seus principais atores coletivos e na contextualização da reemergência pública desse campo político-religioso a partir do impeachment de Dilma em 2016. Os dados mobilizados no texto foram coletados mediante análise documental em veículos de imprensa e redes sociais dos atores, observação participante em atividades de grupos evangélicos de esquerda desde 2016 até o presente, e entrevista semi-dirigida que realizei com o Pastor Ariovaldo Ramos ainda em 2016, pouco após a criação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito.

Ativismo político evangélico – direita e esquerda

Desde a Assembleia Constituinte de 1987, lideranças evangélicas à direita do espectro político têm amealhado não apenas o controle eclesiástico de denomina-

1 Diferentes autores adotam termos distintos para nomear esse campo. Por exemplo, Vital da Cunha (2021) se refere à “esquerda evangélica”, enquanto Alencar (2019) os classifica como “evangélicos progressistas”. No estágio atual dessa agenda de investigação, os termos são usados de forma intercambiável.

2 É preciso considerar que os termos de classificação política que os atores adotam não designam objetividades por serem do uso corrente, mas são do uso corrente porque designam posições objetivas. Por isso não faz sentido atribuímos pré-discursividades aos atores, mas sim considerá-los em seus próprios termos. A ciência social não deve criar para si uma língua franca à parte dos objetos que estudamos.

ções, mas também a propriedade de meios de comunicação em massa, assentos nos parlamentos e posições de destaque nas direções partidárias. Afora sua capacidade de alavancagem cultural, baseada na pregação de padrões de moralidade e regramento de condutas individuais, a direita evangélica comprovou sua força política pautando a agenda dos direitos humanos no Brasil nas últimas duas décadas: protagonizou, nos púlpitos das igrejas e nas tribunas do Congresso Nacional, a defesa de projetos como Escola Sem Partido, Estatuto da Família, Estatuto do Nascituro; encampou o veto ao uso do termo “gênero” no Plano Nacional de Educação de 2014; bloqueou o Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004; combateu o PLC 122/2006 (que previa a criminalização da homofobia); repudiou o III Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em 2010; e inviabilizou, no primeiro ano do governo Dilma, o caderno Escola sem Homofobia – material didático que visava combater a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero nas escolas, desqualificado como “kit gay”. Que em 2013 o pastor e deputado conservador Marco Feliciano (PSC/SP) tenha assumido a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDHM) e que, no governo Bolsonaro, Damares Alves tenha ocupado o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o pastor Milton Ribeiro o Ministério da Educação, são mostras do foco de atuação e dos principais interesses desse segmento político-religioso na ocupação de espaços estatais.

Trata-se de um ativismo político de viés majoritarista³ e antipluralista⁴, pautado por pelejas morais, que combate projetos de promoção de direitos humanos e políticas antidiscriminatórias contra minorias sexuais. Além disso, faz uso eleitoral de notícias falsas e alarmantes sobre supostos riscos e ameaças, como “comunismo”, “ideologia de gênero”, “destruição da família tradicional”, “perseguição aos cristãos”, “erotização e homossexualização de crianças” e afins (Almeida 2019, 2020; Cowan 2018; Mariano & Gerardi 2019; Smith 2019). Sacralizando o direito à liberdade religiosa (Mariano 2006), líderes evangélicos de direita reclamam a prerrogativa de destilar publicamente suas convicções, mesmo que demonstrem aversão a modos de vida e identidades subalternas.

3 Por majoritarista entenda-se a impostação política da direita evangélica como representante de uma maioria demográfica, cujos padrões morais de inspiração religiosa deveriam ser universalizados e orientar a convivência pública. O exemplo paradigmático dessa retórica está sintetizado no movimento da direita cristã estadunidense *Moral Majority*.

4 Citando os estudos de Allan Lichtman (2008), Mariano e Gerardi (2019:65) caracterizam o espírito antipluralista da direita evangélica ao destacar que “grupos protestantes brancos norte-americanos lideram um conservadorismo avesso às forças pluralistas e cosmopolitas, que encaram como ameaças à identidade nacional, à civilização e aos valores cristãos tradicionais” e que “há um século, a tradição cristã antipluralista concentra-se na família, na defesa da autoridade masculina e do criacionismo, na contenção da sexualidade, da autonomia e dos direitos das mulheres, na oposição radical às demandas feministas (acusadas de corroer o patriarcado, afeminar os homens e masculinizar as mulheres), ao aborto, à homossexualidade, à educação sexual nas escolas”. Segundo os autores, seria possível observar a ativação desse antipluralismo nas últimas eleições presidenciais em toda a América Latina, particularmente no Brasil.

Entretanto, o sentido majoritarista e antipluralista da atuação dessa direita evangélica é encoberto pelo mais laico verniz. Seus atores atendem às praxes republicanas, articulam a normatividade constitucional e justificam suas posições com argumentos baseados nos direitos fundamentais e nas liberdades civis (Machado & Burity 2014). Por essa característica, esse ativismo tem sido acusado de assorear o curso democrático nacional e considerado ponta de lança de um processo de redesignação dos referenciais de pluralismo e secularidade que orientaram a vida pública brasileira nas últimas três décadas. O diferencialismo evangélico seria um vetor de acirramento das disputas em torno de reconhecimento e legitimidade em diversas arenas públicas envolvendo direitos que são objetos de regulação estatal. Diante disso, o princípio liberal da tolerância seria cada vez menos suficiente (Mariano 2011, 2016; Montero 2020; Montero & Sales 2020).

Mais recentemente, tal mobilização evangélica à direita, que já se provara bem sucedida nos pleitos eleitorais e na tradução de suas demandas religiosas em léxicos garantistas, enveredou por posições políticas mais radicalizadas. Diferentes analistas apontam que o ativismo político evangélico de direita estaria a perfazer e reforçar, de modo orgânico, o que se nomeou por “onda conservadora”, cuja expressão mais robusta foi a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, estribada decisivamente pelo voto evangélico (Almeida 2019; Mariano & Gerardi 2020). É preciso lembrar que, segundo estimativas do Datafolha, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018, 69% dos eleitores evangélicos votaram em Bolsonaro (PSL), enquanto 31% escolheram o candidato petista Fernando Haddad (PT) (Alves 2018). Em 2022, o Datafolha estimou que, na contramão das tendências gerais do eleitorado brasileiro, 62% dos eleitores evangélicos escolheriam Bolsonaro (PL) e 32% o candidato vencedor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT).⁵ Por outro lado, a expansão desse ativismo engendra seus contrários; estimula reações não apenas entre forças secularistas, mas também entre os próprios evangélicos que discordam das posições de tais lideranças e das representações públicas hegemônicas sobre a identidade evangélica, quase sinonimizada com conservadorismo (Mariano 2016).

Essas reações conformam uma reemergência pública da esquerda evangélica. Por reemergência quero dizer que a particular expressão contemporânea desse campo político-religioso não se trata de um “surgimento”. Veremos que a esquerda evangélica não nasceu agora, tampouco se trata de um “crescimento”, com o desenvolvimento linear que o termo sugere. Em geral, ativismos pouco institucionalizados têm um comportamento oscilante: os atores coletivos emergem publicamente com visibilidade considerável, participam de determinadas arenas públicas, o que faz durar sua visibilidade, e depois se retraem até que voltem a emergir novamente. Esses ciclos de visibilização se dão em função de problemas públicos concretos e conjunturas políticas específicas em que os atores se engajam. O que estamos a ver no caso da esquerda

5 Fonte: Folha de S. Paulo (2022).

evangélica é um ciclo de reemergência pública, cujas condições são relativamente conhecidas: crise política, radicalização da direita evangélica, tentativa de monopolização da representatividade pública da identidade evangélica e crescente associação entre identidade evangélica e conservadorismo/direitismo político.

Atualmente o campo evangélico “progressista”, ou a “esquerda evangélica”, inclui diversos grupos, sendo a maior parte deles criada nos últimos anos. A seguir, listo os principais em termos de visibilidade pública e densidade empírica, indicando o ano de criação conhecido de cada um: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2016); Frente Evangélica pela Legalização do Aborto (2017); Evangélicas pela Igualdade de Gênero (2015); Coletivo Vozes Marias (2015); Evangélicxs pela Diversidade (2018); Cristãos Contra o Fascismo (2018); Rede Fale (2002); Novas Narrativas Evangélicas (2022); Movimento Negro Evangélico (MNE) (2004); Bancada Evangélica Popular (2020); Movimento Social de Mulheres Evangélicas no Brasil; Discipulado Justiça e Reconciliação (2016); dentre outros inúmeros coletivos, organizações não governamentais, pastorais, igrejas e influenciadores digitais.⁶

Esses atores realizam atividades religiosas em ocupações de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); apoiam sindicatos e partidos de esquerda; promovem campanhas, fóruns, congressos, seminários, rodas de conversa, cultos temáticos de protesto; passeatas e vigílias em praças e ruas; cursos de teologias não hegemônicas (teologia da libertação, teologia da missão integral, teologia negra, teologia feminista, teologia queer); publicam livros, cartilhas e estudos bíblicos sobre direitos, justiça e igualdade social; lançam podcasts; incidem na imprensa; se organizam eleitoralmente lançando candidaturas de evangélicos progressistas ou apoiando postulantes de esquerda; mesclam atividades de formação, agitação e propaganda, advocacy, produção e difusão de conteúdos e articulação política e eleitoral. Mais recentemente, mesmo que sob assimetrias em relação à direita evangélica, ativistas evangélicos progressistas têm conquistado espaço em meios de comunicação para além das mídias sociais, como Uol,⁷ The Intercept Brasil,^{8 9} Mídia Ninja,^{10 11} Folha de

6 Para uma análise mais detalhada dos grupos que compõem a chamada “esquerda evangélica”, consultar Alencar (2019); Araújo (2022); Vital da Cunha (2021); Sales & Marianos (2019); Mariano & Medeiros (2023); Medeiros (2022, 2023); Silva (2021); Souza (2021).

7 Ronilso Pacheco. *Uol*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/>. Acesso em: 05/05/2023.

8 Ronilso Pacheco. *The Intercept*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/equipe/ronilso-pacheco/>. Acesso em: 05/05/2023.

9 Jackson Augusto. *The Intercept*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/equipe/jackson-augusto/>. Acesso em: 05/05/2023.

10 Henrique Vieira. *Mídia Ninja*. Disponível em: <https://midianinja.org/author/henriquevieira/>. Acesso em: 25/12/2022.

11 Pastor Ariovaldo. *Mídia Ninja*. Disponível em: <https://midianinja.org/author/pastorariovaldo/>. Acesso em: 25/12/2022.

S. Paulo,¹² Carta Capital,¹³ Le Monde Diplomatique,¹⁴ TVT,¹⁵ Brasil de Fato,¹⁶ entre outros, inclusive canais de rádio e TV, como citarei adiante.

Esse ativismo evangélico de esquerda tem caráter cumulativo e provisório, isto é, assim como a crise política e a polarização política são processos que se desenvolvem no tempo, os atores também revisam suas linhas de atuação, agendas, prioridades e métodos em função das mudanças de conjuntura. Não é surpreendente, por exemplo, que, embora Alencar (2019:174-178) tenha registrado a preferência de atores da esquerda evangélica em atuar fora da institucionalidade política – concentrando seus esforços “pedagógicos” e “psicagógicos” na “formação de sujeitos” com uma “consciência cristã” que ajude na “transformação do mundo” –, vários desses atores tenham se lançado às lutas político-institucionais. Sabemos que grupos evangélicos antirracistas buscam intervir em arenas socioestatais, como conselhos de políticas públicas de promoção da igualdade racial e combate à intolerância religiosa (Medeiros 2022), e vários evangélicos progressistas miram abertamente o Poder Legislativo, como depõem a Bancada Evangélica Popular e as várias candidaturas de evangélicos por partidos de esquerda em 2020 e, mais expressivamente, em 2022 (Vital da Cunha 2021; Vital da Cunha & Moura 2021).

O investimento político-eleitoral organizado dos evangélicos progressistas é mais um traço que distingue a esquerda evangélica contemporânea das suas formações anteriores, que costumavam reunir intelectuais, clérigos e leigos ligados às cúpulas eclesiais de grandes denominações protestantes históricas. O melhor exemplo é o Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica Brasileira, na década de 1960. Hoje, na esquerda evangélica predomina o alistamento individual de evangélicos “comuns” e, inclusive, com parcelas crescentes de “desigrejados” (crentes sem vínculo denominacional). Seus integrantes, com vocações e interesses distintos, se distribuem por um diverso “repertório organizacional” (Clemens 2010), com grupos de diferentes formatos e níveis de institucionalização, como “movimentos”, “coletivos”, “redes”, “fóruns”, “discipulados” e até núcleos partidários.

Outro aspecto relevante da esquerda evangélica contemporânea é sua diversidade interna, já que se compõe de grupos que divergem entre si quanto à prioridade e legitimidade da articulação entre sua identidade religiosa e outros marcadores sociais

12 Jackson Augusto. (2021), “Imprensa ignora abismos de diferenças entre evangélicos”. *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/imprensa-ignora-abismos-de-diferencas-entre-evangelicos-diz-ativista.shtml>. Acesso em: 10/12/2023.

13 Magali Cunha. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/magali-cunha/>. Acesso em: 25/12/2022.

14 Nilza Valéria Zacarias. (2021), “A culpa não é dos crentes”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 30 set. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-culpa-nao-e-dos-crentes/?fbclid=IwAR1yYaV1En9eeAP9GK5Ge584Z5bAyl1ba2XsANnd7LTvahRLIZiQ6P1Fw>. Acesso em: 22/11/2022.

15 Rede TVT. “Daqui pra frente”. *Youtube: Rede TVT*. Disponível em: https://www.youtube.com/results?search_query=daqui+pra+frente+tv. Acesso em: 25/04/2023.

16 Brasil de Fato. “Papo de Crente”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/colunistas/papo-de-crente>. Acesso em: 06/12/2022.

da diferença como raça, gênero e sexualidade. Atualmente há grupos evangélicos antirracistas, feministas e LGBTI+ em maior número e dotados de maior organicidade, visibilidade e legitimidade do que no passado, o que, aliás, resulta em efeitos ainda desconhecidos sobre a possibilidade de amplas coalizões evangélicas progressistas. Sabe-se, por exemplo, que o combate à homofobia e a defesa dos direitos reprodutivos femininos dividem opinião entre os evangélicos progressistas – a posição conservadora da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito nesses temas contrasta com a própria existência de coletivos como o Evangélicxs pela Diversidade e a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto. Nos EUA, as políticas de identidade brandidas pela *New Left* nos anos 1970 foram assumidas pela esquerda evangélica contra o reacionarismo cultural, mas também foram um fator de fragmentação desse campo político-religioso e de seu enfraquecimento dadas as divergências internas sobre o lugar dessas bandeiras na luta contra a direita cristã (Swartz 2011).

História

O ativismo evangélico de viés progressista tem longa data. No Segundo Império, os protestantes compunham uma minoria no mercado religioso regulado e hegemônico pelo catolicismo. Nesse contexto, frações protestantes participaram ativamente nas causas abolicionistas (Pereira 1886), liberais, republicanas e pró laicização estatal, desposando reconhecida “modernidade” e liberalismo político (Cardoso 2009; Mendonça 2003; Sobrinho 2019; Souza 2005). Na Primeira República, críticos e equidistantes do comunismo e do integralismo, pastores protestantes publicaram em maio de 1932, visando a Assembleia Constituinte do ano seguinte, um “Memorial dirigido a todos os crentes evangélicos de todo o Brasil” no jornal oficial da Igreja Presbiteriana do Brasil, *O Puritano*. Nesse memorial, os pastores defendiam “a forma presidencialista republicana”, “a verdade eleitoral absoluta, baseada no voto secreto”, “justiça popular, rápida e gratuita”, “completa laicidade do Estado e, consequentemente, a do ensino oficial”, “absoluta liberdade de pensamento e da manifestação do pensamento”, “estabelecimento do regime cooperativista nas relações entre operários e patrões, abrangendo por parte dos primeiros uma razoável participação nos lucros, facilitando-lhes ainda os segundos, quanto possível, a assistência médica e judiciária”, “assistência à infância e à velhice desamparadas”, “divorcio absoluto, nos casos de infidelidade conjugal ou de uma deserção tão obstinada que não ser remediada nem pela igreja nem pelo magistrado civil”, “educação popular obrigatória para todos os brasileiros por sistema que estabeleça o programa mínimo da escola primária em todo o território nacional”, “organização da instrução secundária, profissional, e superior de modo a torná-las acessíveis às classes menos favorecidas da sociedade” e “promover o pacifismo nas relações nacionais e internacionais no sentido de se reduzirem ao mínimo o aparelhamento e as despesas militares no país e no mundo”

(Souza 2005:66-69). Em 1933 o pastor metodista Guaracy Silveira foi eleito para a Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).¹⁷

De igual modo, parcelas relevantes do protestantismo histórico, com viés ecumênico, atuaram por causas progressistas nas décadas de 1950 e 1960. Silva (2010) anota que, após a incipiente participação de parlamentares protestantes na República populista pós-1946, emergia uma geração de jovens protestantes mais alinhados à esquerda – nomes como Rubem Alves, Anivaldo Padilha, Zwínglio Dias Mota, João Dias de Araújo, Waldo César, Jovelino Ramos, Jether Ramalho, Joaquim Beato, entre outros, com atuação em suas denominações e entidades estudantis. Esse descompasso geracional tensionava o acordo tácito de “obediência” às autoridades constituídas e a estirpe ordeira cultivada pelos protestantes em troca de proteção às liberdades de consciência, culto e expressão. A segurança da discrição fora preterida por estes jovens, crentes de berço, oriundos dos estratos médios, escolarizados e socializados no movimento estudantil universitário, além de bem posicionados em estruturas institucionais ecumênicas que propiciavam a circulação de ideias e recursos – Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), Conselho Mundial de Igrejas (CMI), Confederação Evangélica Brasileira (CEB), União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB), União Latino-americana da Juventude Evangélica e similares. Ademais, demonstravam grande interesse pelos afluentes do liberalismo teológico, especialmente por vertentes do século XIX como o Evangelho Social de Walter Rauschenbusch, nos EUA, e o Socialismo Cristão, de origem anglicana. Também acompanhavam os acontecimentos relacionados à Igreja Confessante de Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer, que resistiram ao regime nazista na Alemanha.

Ainda na década de 1950, o missionário, teólogo e docente de seminário presbiteriano Richard Shaull destacou-se como expoente da “teologia da revolução” (ele foi a principal influência intelectual do teólogo da libertação Rubem Alves). Shaull e seus discípulos atuaram entre os operários da Vila Anastácio, em São Paulo, reproduzindo a experiência dos “padres operários” na França. Em 1955, como documenta Souza (2005), a Confederação Evangélica Brasileira preparou um questionário e colheu respostas dos candidatos à Presidência da República (Adhemar de Barros, Juarez Távora, Juscelino Kubistchek e Plínio Salgado) sobre cinco áreas: liberdade de consciência e de culto, ideologias políticas, questão social, condenação das discriminações raciais e religiosas e o jogo. As respostas foram publicadas junto a fotos dos candidatos no jornal *O Puritano*.

Em setembro de 1962 foi publicado o Pronunciamento Social da Igreja Presbiteriana do Brasil, que exortava seus membros a participarem de sindicatos, partidos e diretórios acadêmicos universitários. O documento, entre outros pontos, defendia uma “equitativa distribuição das riquezas, inclusive da propriedade da terra”, e advertia, “em nome da justiça de Deus e da fraternidade cristã”, “aqueles cujo enrique-

17 Mais tarde Silveira também seria eleito para a Constituinte de 1946, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e atuou junto a socialistas e maçons contra o ensino confessional nas escolas.

cimento seja fruto da exploração do próximo” (Souza 2005:63). No mesmo mês e ano, o jornal Brasil Presbiteriano publicou o “Decálogo do eleitor evangélico”, incentivando os fiéis a votarem sempre no candidato “mais interessado pelo bem público e pela estabilidade tanto das franquias liberais quanto dos direitos humanos” (Souza 2005:63).

O ápice desse processo de organização certamente foi a Conferência do Nordeste “Cristo e o processo revolucionário brasileiro”, também em 1962, ocasião em que os protestantes presentes firmaram publicamente um compromisso social reformista e progressista que incluía o apoio às reformas de base propostas pelo governo de João Goulart. O evento foi a quarta e última conferência promovida pelo Setor de Responsabilidade Social da Confederação Evangélica Brasileira. A I Reunião de Consulta Sobre a Responsabilidade Social da Igreja ocorreu em 1955, seguida por outros encontros em 1957, 1960 e 1962. Tais conferências, pautadas por um sentimento de autorresponsabilização política dos protestantes envolvidos, reunia pastores, leigos e intelectuais convidados,¹⁸ com o objetivo de discutir a situação nacional e o papel dos protestantes e suas igrejas frente aos desafios sociais de seu tempo (Burity 1989; Freston 1993, 1999; Silva 2010; Souza 2005; Trabuco 2015).

Desse amplo movimento, entretanto, pouco restou em termos de organização já que as principais lideranças leigas e clericais desse protestantismo de esquerda e de inspiração ecumênica foram perseguidas, mortas e exiladas pelo regime militar em perseguição levada a cabo pelas próprias cúpulas eclesiásticas, alinhadas com o governo ditatorial (Alves 1979; Dias 2014; Relatório da Comissão Nacional da Verdade 2014). Salvo a participação pouco organizada dos pentecostais nas Ligas Camponesas e nos sindicatos rurais (Novaes 1985), o que se registra de mais importante nessa época é o esforço de denúncia internacional das violações de direitos humanos no Brasil, exemplificado no Relatório Brasil Nunca Mais produzido pelo pastor presbiteriano Jaime Wright – irmão do deputado comunista e desaparecido político Paulo Wright – junto do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e que contou com apoio decisivo do Conselho Mundial de Igrejas.¹⁹

Já na redemocratização o quadro que se afigurava era outro: o Comitê Evangélico Pró-Lula, liderado pelo bispo anglicano Robinson Cavalcanti nas eleições de 1989, e a participação pública de figuras como Benedita da Silva contrastavam com

18 Participaram desses eventos acadêmicos como Florestan Fernandes, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Paul Singer e Juarez Brandão Lopes.

19 Anita Wright Torres, filha do reverendo Jaime Wright, conta que o “Projeto Brasil Nunca Mais teve o patrocínio do Conselho Mundial de Igrejas. Uma sala foi alugada, máquinas de Xerox foram alugadas, pessoas foram contratadas com esse fim específico. E aí, os processos eram retirados, fotocopiados e devolvidos. Depois que eram fotocopiados também eram microfilmados. Esses microfilmes eram levados para a sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra. E a ponte entre Jaime Wright e Dom Paulo com o Conselho Mundial era um amigo de infância do meu pai, o também pastor Charles Harper que trabalhava no Conselho Mundial de Igrejas nessa época na área de Direitos Humanos para América Latina e Caribe. Com uma metodologia cautelosa e sistemática esse grupo conseguiu fotocopiar 707 processos que estavam no Superior Tribunal Militar, somando mais de um milhão de páginas fotocopiadas e mais de 300 rolos de microfilmes” (Dias 2014:59).

a bancada evangélica criada na Constituinte em 1987 e com a ascensão do corporativismo pentecostal. Ademais, os anos 1990 foram marcados pelo “fracasso das tentativas de criar uma entidade representativa dos protestantes” e pelo surgimento de uma “esquerda evangélica (...) ligada explicitamente à corrente teológica ‘evangelical’, diferente da antiga esquerda protestante ligada ao ecumenismo e a teologias não conservadoras” (Freston 1999:336; ver também Trabuço 2015). O Movimento Evangélico Progressista (MEP) e a Aliança Evangélica Brasileira são os principais exemplos dessa esquerda evangélica, ou “evangelical”,²⁰ nos anos 1990, embora ambas tenham tido vida curta.

Os anos 2000 confirmaram o ativismo político evangélico à direita: a fragmentação denominacional foi compensada pela expansão numérica dos pentecostais, que seguiram acumulando concessões de rádio e TV e ampliando suas bancadas evangélicas nos parlamentos. A direita evangélica, como já exposto na seção anterior, compôs a base dos governos petistas no Congresso Nacional e se firmou como uma força de veto suficiente para refrear os já tímidos impulsos progressistas do Executivo federal, sobremaneira na agenda dos direitos humanos de minorias sexuais e religiosas. A partir de meados do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), porém, essa direita evangélica derivou para um radicalismo crescente que culminou em seu total alinhamento à extrema-direita bolsonarista.

À esquerda, diferentes atores se agruparam conforme suas distintas preferências teológicas, políticas e trajetórias coletivas. Alijada do poder em suas denominações pela caça às bruxas durante o período ditatorial, a esquerda protestante ecumênica, de perfil protestante histórico e teologicamente mais liberal, se manteve em seus organismos de ação social e pastoral como a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Koinonia, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), entre outros. Além dessa rede de organizações paraeclesiais, nos últimos anos várias igrejas desse campo – como a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Igreja Presbiteriana Unida, Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Igreja da Comunidade Metropolitana – se posicionaram oficialmente em defesa da democracia, dos direitos humanos, da laicidade do Estado, da preservação ambiental, e contra o bolsonarismo, contra a intolerância religiosa, contra a redução da maioria penal, contra as reformas trabalhista e previdenciária. Embora mais institucionalizados que os evangélicos, os ecumênicos não possuem grande visibilidade pública, não demonstram o mesmo apetite político de seus pares para se imiscuir nas guerras culturais diárias e, especialmente, não disputam o significado da identidade evangélica com a direita

20 A distinção entre protestantes ecumênicos e evangélicos é bem estabelecida na literatura especializada (Freston 1999; Trabuço 2015; Silva 2010). Efetivamente, assim como a categoria “pentecostal” designa uma identidade litúrgica e teológica singular, também podemos distinguir as experiências e identidades dos chamados “protestantes ecumênicos” e os “evangélicos”, posto que diferem entre si quanto a crenças, práticas e estilos de religiosidade, organização e ativismo político. Grosso modo, a pedra de toque da distinção entre ambos se refere ao lugar central e secundário que conferem, evangélicos e ecumênicos, respectivamente, à necessidade de reforma pessoal, conversão e salvação individual dos crentes.

evangélica, como faz, com verve iracunda e campanha tenaz, a esquerda evangélica/evangelical.

Essa esquerda evangélica tem cariz ortodoxo, é mais evangelical e menos afeita ao liberalismo teológico e ao ecumenismo. Suas parcelas politicamente mais expressivas nos anos 2000 foram aquelas influenciadas pela Teologia da Missão Integral (TMI) – matriz teológica originada nos anos 1960 na América Latina, que valoriza o Evangelho como uma mensagem de repercussões sociais imanentes, como justiça e igualdade social (Abreu 2021; Clawson 2012; Kirkpatrick 2019; Lima 2008; Rodrigues 2009; Scheliga 2011; Trabuco 2015). Refratárias às políticas de identidade e conservadoras quanto a temas como gênero e sexualidade, as frações da esquerda evangélica mais inspiradas pela TMI priorizaram a divulgação dessa teologia pautada pela “responsabilidade social” e pelo diálogo com setores mais fundamentalistas. Mesmo pastores não adeptos dessa teologia – como os presbiterianos calvinistas Hernandes Dias Lopes e Antônio Carlos Costa – chegaram a participar de eventos promovidos pelo grupo Missão na Íntegra, formado por teólogos ligados à TMI e coordenado pelo pastor Ariovaldo Ramos. O canal desse grupo no YouTube, que apresenta pregações, palestras e seminários, acumulou milhões de visualizações e vigorou por anos como importante fonte de formação de opinião, sobretudo entre os jovens evangélicos.²¹ Além disso, nos anos 2000 surgiram formações institucionais relevantes, como o seminário de formação teológica baseada na missão integral, a Faculdade Latino-americana (FLAM), a Rede Evangélica de Ação Social e a Aliança Cristã Evangélica Brasileira, que se somaram às já estabelecidas e influentes Igreja Batista de Água Branca (IBAB) e Visão Mundial. Essas duas últimas instituições, aliás, merecem ser pesquisadas como organismos com forte poder de agenda, dados os recursos financeiros e humanos de que dispõem para induzir processos políticos nesse meio religioso, e como corpos-sede do pensamento teológico da missão integral, abrigando lideranças relevantes para esse campo. A IBAB foi e é dirigida pelo conhecido pastor Ed René Kivitz; a Visão Mundial foi dirigida pelo pastor Carlos Queiroz e presidida por Ariovaldo Ramos – todos os três destacaram-se como importantes pensadores do grupo Missão na Íntegra.

O campo evangelical revelou-se bastante diverso, sobrevivendo mediante um pacto tácito de diálogo para valorização da responsabilidade social, em termos partidários e sem prejuízo das distintas identidades teológicas de cada um dos seus participantes e audientes, o que possibilitava a participação de tucanos, petistas e marinistas, calvinistas e pentecostais, tornando os adeptos mais comprometidos com a teologia da missão integral. Esse campo entrou em crise em 2016 e não esteve a salvo da polarização político-ideológica que, desde então, se rotinizou no país. O pomo da discórdia foi o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Considerando sua deposição como um golpe de Estado, uma parcela desse campo evangélico,

21 Missão na Íntegra (Youtube). Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Missaonaintegra/featured>. Acesso em: 10/12/2022.

liderada pelo pastor Ariovaldo Ramos, escolheu engajar-se junto da esquerda social e partidária sob o mote “não vai ter golpe”. Essa mobilização de evangélicos progressistas contra o “golpe” desaguou na formação da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, à revelia daqueles que optaram por se abster de um posicionamento no processo político em curso, por considerá-lo irredutivelmente partidário. Vale lembrar que a bancada evangélica votou com entusiasmo a favor do impeachment (Almeida 2017; Prandi & Carneiro 2017).

A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito

Entre 2016 e 2018, o mais expressivo dos atores coletivos da chamada esquerda evangélica foi a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (Frente), que nasceu em contraposição ao apoio da Frente Parlamentar Evangélica ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff.^{22 23} À época, o grupo Missão na Íntegra publicou o “Manifesto de Evangélicos pelo Estado de Direito”, o que causou divergências entre seus membros e resultou na dissolução do grupo. Em consequência à nota, o pastor Ariovaldo Ramos, o sociólogo metodista Anivaldo Padilha e a jornalista batista Nilza Valéria fundaram oficialmente a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito como um movimento de evangélicos progressistas.

O manifesto do grupo Missão na Íntegra, que acabou se tornando a carta de fundação da Frente, rejeitava o “ódio” propagado no debate político, exigia “respeito ao voto”, criticava “a postura midiática tendenciosa” e a “corrupção”, defendia a continuação das investigações, mas reiterava que “o limite é a Constituição Brasileira” (Frente de Evangélicos 2016). Em suma, o movimento surgiu devido à ruptura interna no grupo Missão na Íntegra, reunindo evangélicos descontentes com a identificação socialmente predominante de seu segmento religioso com o conservadorismo. A Frente representava, assim, uma parcela evangélica que endossava a narrativa da esquerda brasileira, que enquadrava o impeachment como golpe de Estado. Essa origem foi confirmada pelo pastor Ariovaldo em entrevista que me concedeu, em São Paulo, ainda em 2016:

A Missão na Íntegra é o nascimento da Frente, com pregadores que abraçam a Missão Integral gerando muita reflexão e tivemos um golpe, daí a Missão Integral faz um manifesto. Com o Manifesto, o Missão na Íntegra racha. O movimento continua com um contingente menor. Evoluindo para uma Frente, entre os caras progressistas que estão sendo aliados, tínhamos que fazer uma coisa mais universal. Pra ser da frente, precisa ser progressista (Pastor Ariovaldo, entrevista ao autor, 2016).

²² Fonte: O Globo (2016).

²³ Fonte: Valor. (2018).

E tal posição foi reafirmada em suas declarações posteriores à imprensa, como consta no trecho a seguir:

Ela [a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito] nasceu do movimento de pregadores [o grupo Missão na Íntegra] do que a gente chama de Teologia da Missão Integral, que é uma teologia libertadora, com ênfase na teologia do Reino de Deus. O alvo do Reino de Deus é a justiça, que é uma realidade em que todos desfrutam igualmente de tudo que Deus dá e doa, portando uma realidade igualitária.

O movimento começou a crescer e se difundiu em grande parte do país. Quando veio o golpe de Estado, e junto com o golpe de Estado, com toda essa construção do discurso. Um grupo de caras que concorda que a fé cristã é uma fé de partilha não conseguiu discernir que esse discurso era um discurso que era atentava contra tudo o que ele estava assimilando.

Decidimos escrever um manifesto que teve milhares de adesões, mas também tivemos rachaduras. Diante das adesões e das rachaduras, decidimos ir para uma ação mais pragmática, incisiva e engajada, e nasceu a Frente. Hoje temos mais de mil pessoas que aderiram das mais diversas denominações em 10 estados, mas o potencial de crescimento é gigante. Entre simpatizantes e pessoas que interagem com a frente somamos mais de duas mil pessoas. (Pastor Ariovaldo, entrevista ao Brasil de Fato, 03 jan 2017).

O primeiro evento público da Frente foi realizado no Salão Nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e marcou a aparição pública de novos atores naquela conjuntura: “os evangélicos contra o golpe”²⁴. A insurgência desses atores de pronto polemizou com aqueles que até então monopolizavam a expressão pública da identidade evangélica. Quando instado sobre o lançamento da nota de lideranças evangélicas em defesa do Estado de Direito, Silas Malafaia disparou: “Isso é o comunismo no Evangelho. A maioria destes caras, não todos, têm ONGs que mamam no governo. Não representam 1% dos evangélicos do país. Tem luteranos nisso aí, metodistas, presbiterianos. Eu conheço os caboclos, é tudo petista, meu chapa” (Silas Malafaia, entrevista à BBC, 26/03/2016).

Estratégia e repertório

Na atuação da Frente observamos duas estratégias mais ou menos compartilhadas por outros grupos evangélicos progressistas. A primeira é uma estratégia argumentativa: o grupo enuncia um *testemunho público da diferença*, denunciando o

24 Cf. Partido dos Trabalhadores (2016a, 2016b).

que considera omissão ou ação “antibíblica” e antissocial dos seus irmãos alinhados à direita evangélica; ao mesmo tempo, afirma sua singularidade como movimento de evangélicos progressistas. Ao se dizerem iguais aos seus irmãos conservadores na confissão religiosa, mas diferentes no modo como articulam fé e posição ideológica, os evangélicos progressistas enunciam um *outro jeito de ser* evangélico, se apresentando como “diferentes de dentro”. No limite, colocam em disputa a própria identidade evangélica, uma vez que suas particularidades enunciadas redefinem a identidade estabelecida. Sua inscrição pública e extravagante no campo político progressista, diuturnamente demonizado pela direita evangélica, instaura uma controvérsia sobre “o que é ser evangélico de verdade”, ou “quem são os verdadeiros evangélicos”, abrindo espaço para disputas em torno dos critérios de autenticação dessa identidade religiosa. A segunda é uma estratégia organizativa: o grupo busca desenvolver um *trabalho de base* que consiste em socializar e organizar politicamente as parcelas de evangélicos não alinhados à direita evangélica. Esses evangélicos progressistas creem que podem convencer parte de seus irmãos de fé, conscientizá-los e mobilizá-los para a luta por “justiça social”. Apresento a seguir duas cenas que registrei em observação participante durante atividades da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. Listo a seguir outras ações que compuseram o repertório do grupo nos últimos anos.

Cena 1

Noite de quarta-feira na ocupação Vitorino Camilo, bairro de Santa Cecília, região central de São Paulo. Ocorria ali mais um culto promovido pela Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito. A ocupação, mantida por um movimento de moradia, é liderada por Toninha, 54. Evangélica e filiada ao PT, frequentava, aos trancos e barrancos, a igreja Assembleia de Deus Bom Retiro, liderada pelo pastor Jabes de Alencar, reduto, na média, conservador tanto religiosa quanto politicamente. Alisando-se na Frente desde sua criação, Toninha logo abriu as portas da ocupação para cultos e ações sociais do grupo. Essa noite, o prédio outrora abandonado, recebe cerca de 25 pessoas num salão no segundo andar, incluindo os fundadores da Frente, o sociólogo Anivaldo Padilha, o pastor Ariovaldo Ramos e a jornalista Nilza Valéria. Da parte dos ocupantes, misturam-se imigrantes haitianos, bolivianos, mulheres, idosos, crianças e jovens que convivem na “luta por moradia”. A reintegração de posse está marcada para dali a vinte dias e as famílias ainda não têm para onde ir. Segundo apurei, advogados membros da Frente colaboravam com apoio jurídico tentando livrar as famílias do olho da rua. Se Deus os via? A pregação do pastor Ariovaldo afirmava que sim: o texto de Lucas (cap.6, vs. 6-11) narrava Jesus realizando curas no sábado, desafiando o juízo dos fariseus, para quem o sábado havia devia ser guardado em repouso. “Não foi o homem que foi criado para o sábado, mas o sábado para os homens”, lhes retrucava Jesus. “Para Deus, sábado é todo dia, todo dia é dia de graça, de restauração”, pregava o pastor Ariovaldo Ramos. Mais ao canto do salão, três

militantes da Frente se preparavam para cantar louvores. Uma das canções, “Segura na mão de Deus”, fez alguns moradores chorarem. Mais tarde, uma moradora compartilhou que essa música a havia acompanhado em outros momentos de tensão, incluindo uma reintegração de posse que ela enfrentou anos antes em outra ocupação. Ao final do culto, foram feitas orações pela vida de todos e um grande clamor para que Deus cumulasse de força àqueles que “resistem” contra a “opressão”, a “injustiça” provocada pela “ganância” dos poderosos.

Essa cena se repetiu por cerca de dois anos, em diferentes ocupações de movimentos de moradia em São Paulo. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), liderado por Guilherme Boulos, manifestou interesse em contar com a presença da Frente em suas ocupações, o que ocorreu objetivamente na Ocupação Nova Palestina, na região de Parelheiros, extremo sul da capital paulista. O diagnóstico era claro: as ocupações estão repletas de evangélicos e simpatizantes, por vezes discriminados em suas comunidades religiosas por serem ocupantes, experiência que resultou, no mais das vezes, em crise existencial ou afastamento do fiel da sua igreja. A realização de cultos baseados em valores progressistas, com adequadas ênfases teológicas e cuidados litúrgicos, poderia nutrir a indignação e a esperança dos moradores, orientando-lhes a fé para o objetivo da justiça social e suprindo-lhes de “mística” – coisa valorizada desde o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), de inspiração católica. Além dos cultos, a Frente promoveu encontros de leitura da cartilha “A Bíblia e os Direitos”, ofereceu apoio jurídico a algumas ocupações e até apoio financeiro, como por ocasião de festividades para crianças, por exemplo.

Cena 2

Se em São Paulo e em Belo Horizonte (MG) a Frente priorizou a atuação junto a ocupações de movimentos de moradia, no Rio de Janeiro, em um primeiro momento, foram as favelas os territórios priorizados. Acompanhei atividades da Frente na Cidade de Deus, subúrbio carioca. A incursão do grupo na comunidade se deu após uma ação policial em que jovens moradores foram executados em um matagal próximo; soube-se que um desses jovens era filho de José (nome fictício), homem negro, trabalhador manual não qualificado e pastor de uma igreja pentecostal local. Agentes da Frente fizeram contato e propuseram a realização de um culto que contou com o apoio e participação do conselho de pastores da Cidade de Deus.²⁵ No sermão, o pastor Ariovaldo Ramos expunha o texto do Evangelho de Mateus (cap.21, vs. 12-13), que narra a expulsão dos vendilhões do templo por Jesus. Na cena bíblica ele confecciona um azorrague de cordas e afugenta os mercadores aos brados. O pastor dizia que o comércio repreendido por Jesus estava a ocorrer no pátio do templo, área reservada aos gentios, o que impedia que estes pudessem se chegar e prestar, ali, sua adoração a Deus. E estabelecendo paralelos, declarou que ninguém tem o direito de

²⁵ Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2017a).

privar um indivíduo do seu contato com Deus, exatamente o que um assassinato significava: privar alguém de se relacionar com Deus, excluí-lo dessa possibilidade. Mais tarde, a Frente realizou atividades de assistência social e jurídica na comunidade²⁶ e promoveu um encontro entre pastores e líderes comunitários e Marcelo Freixo, então deputado pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e representante da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, para discutir a situação da favela.²⁷

Desde 2016, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito também desenvolveu encontros para discussão e formação, rodas de conversa, seminários, fóruns e cultos temáticos, sobretudo em seus anos iniciais. Tais atividades, digamos, para “consumo interno”, serviram para a organização do ativismo e a *socialização* de evangélicos de esquerda ou dissidentes de igrejas que guinaram à direita, ainda antes da ascensão de Bolsonaro. Atividades desse tipo são compartilhadas por diferentes grupos do campo evangélico progressista. No caso do ativismo negro evangélico, por exemplo, também se notou o predomínio de ações de viés comunitário, com ênfases autorreprodutivas para socialização de evangélicos de orientação política e identificação racial comuns (Medeiros 2022).

Vários desses encontros de socialização foram acompanhados de prédicas do pastor Ariovaldo, que girou o país pregando em encontros promovidos pela Frente, arregimentando potenciais militantes. Algumas atividades dessa natureza contaram também com colaboradores externos convidados, o que, de uma tacada só, favorecia a formação dos militantes e a legitimação do grupo diante de parcelas da intelectualidade. São exemplares a realização de mesas de debate com o sociólogo e escritor Jessé Souza²⁸, com o filósofo Vladimir Safatle, o psicanalista Christian Dunker e com pesquisadores da religião ligados ao Instituto de Estudos da Religião (ISER), como Regina Novaes, Christina Vital da Cunha, Alexandre Brasil, Ana Carolina Evangelista, Lívia Reis e Magali Cunha.²⁹

Como esforço para capilarizar a Frente e consolidá-la, suas lideranças realizaram uma caravana para atrair e organizar parcelas evangélicas que divergiam dos líderes e comunidades mais à direita. Buscaram também criar uma onda de formação da opinião dos evangélicos comuns, a quem almejavam desgarrar do pastorado “golpista” e, mais tarde, bolsonarista. Esse objetivo “missionário” por “converter” seus próprios irmãos de fé os têm levado a um “trabalho de base” que se combina à atuação eminentemente pública, dirigida, inclusive, a auditórios não evangélicos. Até o presente momento, conforme monitorado para esta pesquisa, as principais linhas de atuação da Frente são:

26 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2017b).

27 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2017d).

28 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2020).

29 Estados Gerais da Política. (2021), “Como dialogar com o campo evangélico?”. *Youtube: Estados Gerais da Política*, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbIEZAIT6tU>. Acesso em: 02/03/2023.

- 1) As já citadas ações de socialização de evangélicos progressistas.
- 2) Posicionamentos públicos regulares nas redes sociais, criticando a direita secular e o direitismo evangélico.
- 3) Solidariedade a entidades de esquerda e grupos vulneráveis, sobretudo em ocupações dos movimentos de moradia, dado o perfil urbano e metropolitano dessa militância. Além de realizar cultos nesses espaços, onde vivem não poucos evangélicos, a Frente também ofereceu apoio jurídico e logístico em situações de reintegração de posse, por exemplo. Assim o foi em São Paulo (SP), Belo Horizonte (MG) e João Pessoa (PB).³⁰ Em um dos casos, um pastor membro da Frente chegou a morar na Ocupação Nova Palestina, liderada pelo MTST em São Paulo.
- 4) Promoção de campanhas de sensibilização política com base em argumentos bíblicos, como se observa nas campanhas contra a reforma trabalhista, contra a reforma da previdência e contra a eleição de Bolsonaro, que incluíram produção e difusão de conteúdo nas mídias digitais³¹ e panfletagem de rua. Em São Paulo, a panfletagem ocorreu na rua Conde de Sarzedas, famosa pelo comércio evangélico,³² e às portas do Templo de Salomão, da Igreja Universal do Reino de Deus.³³
- 5) Articulação política com redes de movimentos sociais: A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito integra, desde 2016, a Frente Povo Sem Medo (FPSM) e a Frente Brasil Popular (FBP), as duas principais coalizões de esquerda no país, e a Coalizão Negra por Direitos. Entre 2016 e 2018, a Frente de Evangélicos participou ativamente de momentos relevantes da trajetória dessas coalizões, como o lançamento do Plano Popular de Emergência³⁴ e o seminário “Democratização dos territórios”.³⁵ A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito também compôs a Frente Ampla Nacional pelas Diretas Já.³⁶ Estabeleceu, ainda, diálogos com dirigentes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, da Intersindical, do Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo (Sindsep) e da Federação Única dos Petroleiros, elaborando propostas para atuar na organização de coletivos sindicais evangélicos e para a construção de parcerias com essas organizações.
- 6) Atuação em meios de comunicação em massa, como programas de rádio e TV. Na conjuntura pós-2018, o grupo avançou sobre algumas dessas mídias, incluindo a apresentação do programa “Daqui Pra Frente” pelo pastor Ariovaldo Ramos na TVT, canal televisivo ligado ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ao Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região; e o programa de rádio Papo de Cren-

30 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2018c, 2018b, 2017c).

31 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2018a).

32 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2019).

33 Essa panfletagem contou, inclusive, com a colaboração de militantes da União da Juventude Comunista (UJC), do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

34 Cf. Frente Brasil Popular (s.d.); Silva (2017).

35 Um dos seminários do ciclo nacional de debates “Vamos Sem Medo”, promovido pela FPSM e que reuniu artistas, intelectuais e ativistas em todo o país para a composição de um programa político.

36 Cf. Brasil de Fato (2017).

te, transmitido por 40 emissoras, incluindo a rádio gospel Musical FM,³⁷ com audiência semanal de 130 mil ouvintes (dado que me foi relatado pela direção do programa).³⁸

7) Atuação em campanhas eleitorais de candidaturas de esquerda. No primeiro turno das eleições de 2018, o grupo divulgou a nota “Pode um crente votar em Bolsonaro?”,³⁹ atestando incompatibilidade entre os valores cristãos e a opção eleitoral encarnada por esse candidato. Em um trecho do texto, fica evidente o posicionamento reativo e contestatório: “diante de tantas cartas e posições de líderes religiosos que reconhecem a candidatura de Bolsonaro como messiânica – *nos manifestamos contra as suas posições*” (Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito 2018, grifo meu). A Frente também realizou, em conjunto com o PT, o evento “Evangélicos com Haddad”,⁴⁰ reunindo aproximadamente 300 líderes evangélicos progressistas. O evento foi marcado pelo repúdio público à disseminação de *fake news* sobre Haddad no mundo evangélico e por orações “pelo triunfo da verdade sobre a mentira, pelo triunfo da luz sobre as trevas, pelo triunfo da vida sobre a morte, pelo triunfo da civilização sobre a barbárie”.⁴¹ Nesse evento foi lançada a “Carta aberta ao povo de Deus”, pela qual o petista buscava se aproximar dos cristãos em geral, e dos evangélicos em particular.

Assim como a nota em defesa do Estado do Direito lançada dois anos antes, no que viria a ser o ato original da Frente de Evangélicos, o evento também foi duramente atacado pelo pastor Silas Malafaia, um dos principais gurus de Jair Bolsonaro. Malafaia classificou o evento como um fiasco promovido por “um grupelho de gente sem expressão no mundo evangélico”.⁴² O grupo ainda organizou materiais de campanha anti-Bolsonaro, com argumentos baseados em versículos bíblicos, como folders distribuídos nas ruas, e-cards e vídeos, compartilhados nas redes sociais como Facebook e WhatsApp. O material somou-se a outros conteúdos produzidos por grupos que se articularam no mundo virtual exclusivamente para a ocasião eleitoral, como os Cristãos Contra o Fascismo. Esse material serviu às estratégias de grupos e militantes da esquerda secular, desprovidos de conteúdo especialmente voltado para o segmento evangélico. Ainda durante as eleições, coletivos e lideranças evangélicas participaram de atos eleitorais, como o #EleNão, realizado em São Paulo; o Comício da Virada,⁴³ no Rio de Janeiro, entre outros. Realizaram um circuito de cultos e vigílias públicas contra Bolsonaro, incluindo o Culto O Amor Vence O Ódio (realizado em Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo).⁴⁴ A Frente também declarou apoio a Guilherme Boulos (PSOL) no segundo turno da disputa pela Prefeitura de São Paulo em 2020, e apoiou Lula (PT) desde o primeiro turno na eleição presidencial de 2022.

37 Importante rádio paulista, propriedade da família Apolinário; família evangélica da Assembleia de Deus

38 Cf. Brasil de Fato (2021).

39 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2018d).

40 Cf. Lula. (2018); O Globo (2018).

41 Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito (2018e).

42 Fonte: JM Notícia (2018).

43 Cf. Mídia Ninja (2018).

44 Coletivo Cristão O Amor Vence O Ódio (2018a, 2018b, 2018c).

Em ambas as eleições, evangélicos de esquerda se candidataram, destacando-se o pastor Henrique Vieira, eleito deputado federal pelo PSOL em 2022.

Conclusão: um capítulo novo na história do ativismo político evangélico

A reemergência pública da esquerda evangélica é um fenômeno pré-Bolsonaro, isto é, não começa como resposta ao atrelamento da direita evangélica ao bolsonarismo; é anterior. Tudo indica que podemos situá-la a partir das mobilizações e contramobilizações relacionadas ao impeachment de Dilma Rousseff, sacramentado em 2016. Desde então, por meio de diversas ações de socialização, protestos de rua, ativismo midiático, alianças com a esquerda secular e posicionamentos oficiais de conjuntura, grupos e ativistas evangélicos de esquerda têm reagido à radicalização da direita evangélica. Eles travam uma intensa disputa por visibilidade e legitimidade para se distinguirem de seus pares conservadores, desautorizarem líderes evangélicos de direita como representantes dos evangélicos e promoverem valores que consideram progressistas nesse meio religioso.

Contudo, têm esbarrado em alguns obstáculos. Primeiro, fazem a vez de Davi contra Goliás, combatendo adversários infinitamente mais poderosos em recursos econômicos e políticos, que controlam igrejas, meios de comunicação em massa e partidos políticos. Em segundo lugar, não conseguem penetrar na maioria das igrejas, cujo acesso é franqueado por pastores ligados à direita evangélica e/ou refratários à presença dos evangélicos de esquerda nas igrejas, considerando-a potencialmente perturbadora. Outro ponto é que a esquerda evangélica amarga uma forte *liminaridade política*, decorrente do status duplamente minoritário e discriminado de seus ativistas, que são vistos com desconfiança e hostilidade como progressistas entre os evangélicos e como evangélicos nos circuitos de esquerda (Medeiros 2022, 2023). Um quarto obstáculo é o *paradoxo da denúncia*. Na medida em que denuncia a direita evangélica, no afã de se distinguir dela, a esquerda evangélica acaba por reiterar as assimetrias de força e visibilizar a atuação de seus adversários. O último aspecto a ser observado é a chamada “defesa da família”, a principal pauta da direita evangélica, esquadro básico de sua militância contra a agenda de direitos do público LGBTQI+, e pela qual suas lideranças auferem dividendos eleitorais, políticos e econômicos. Entretanto, entre os evangélicos de esquerda não há consenso sobre o caráter pecaminoso da homoafetividade e da transgeneridade e quanto à relevância de se engajar na defesa de direitos de minorias sexuais. Desse modo, o discurso da direita evangélica, nucleado pela defesa antipluralista do tradicionalismo familiar e sexual, não é contraposto por um discurso de estrutura interna homóloga, pró-pluralismo; ou seja, a esquerda evangélica enfatiza o combate às desigualdades econômicas, a defesa da democracia e a crítica ao armamentismo, mas não responde ao argumento central da direita evangélica, com a qual essa última tem lucrado politicamente nos últimos vinte anos.

Por outro lado, a estrutura de oportunidades políticas também tem aspectos favoráveis à esquerda evangélica. Primeiramente, sua reemergência pública se dá em um contexto de forte polarização político-ideológica marcada pela radicalização das lideranças evangélicas de direita. Nas últimas eleições presidenciais, em 2022, como amplamente noticiado, muitos fiéis foram pressionados por pastores e irmãos de fé a votarem em Jair Bolsonaro (PL) e sofreram toda sorte de constrangimentos, assédios, ameaças e violências, inclusive físicas, o que levou parte desses fiéis a se afastarem de e/ou romperem com suas igrejas. Desse modo, a radicalização política dos evangélicos de direita, sobretudo das lideranças pastorais, afasta fiéis ideologicamente moderados e politicamente desengajados, empurrando-os para a zona de influência da esquerda evangélica, que adotou o discurso “contra o voto de cajado”, em defesa da liberdade de consciência e da autonomia do religioso frente ao político. Em segundo lugar, a despeito de dois terços do eleitorado evangélico terem sufragado Bolsonaro, em números absolutos cerca de 12 milhões de eleitores evangélicos votaram em Lula.⁴⁵ E isso em um contexto em que o custo social do voto ao candidato petista, para evangélicos, foi altíssimo, já que implicava em contrair conflitos interpessoais, familiares e, até mesmo, em ser expulso ou ter que se desfiliar de sua igreja. Há, portanto, uma base evangélica que rejeita o discurso da direita evangélica e suas posições pró-Bolsonaro; uma base potencialmente disponível para a esquerda evangélica.

Até o momento, sabemos que a reemergência pública da esquerda evangélica, seu testemunho público da diferença e seu trabalho de base estão fortemente condicionados pela polarização política que, desde o impeachment de 2016, reorganizou o país, abrindo um campo de disputas inédito em termos de publicidade e intensidade entre evangélicos de esquerda e de direita. Cabe monitorar se e como a esquerda evangélica irá articular suas estratégias organizativas e discursivas com a atual estrutura de oportunidades políticas.

Bibliografia

- ABREU, Cleto Júnior Pinto de. (2021), *Os pobres, os públicos e o reino de Deus: uma sociologia do engajamento de organizações evangélicas na arena dos direitos sociais*. São Paulo: Tese de doutorado em Sociologia, USP.
- ALENCAR, Gustavo. (2019), *Transformação do mundo e engajamento: estratégias de movimentos protestantes para influenciar a cultura*. Belo Horizonte: Tese de doutorado em Sociologia, UFMG.
- ALMEIDA, Ronaldo. (2017), “Os deuses do parlamento”. *Novos Estudos*, vol. especial: 71-79.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2019), “Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos estudos CEBRAP*, vol. 38, nº 1: 185-213.
- ALMEIDA, Ronaldo de. (2020) “Evangélicos à direita”. *Horizontes Antropológicos*, vol. 26: 419-436.
- ALVES, Rubem. (1979), *Protestantismo e Repressão* São Paulo: Ática.
- ARAÚJO, Matheus Alexandre de. (2022), *Tornando-se um Evangélico Progressista: trajetória e formação de valores políticos*. Fortaleza: Dissertação de mestrado em Sociologia, UFCE.

45 Fonte: Folha de S. Paulo (2022).

- BOBBIO, Norberto. (2012), *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, UNESP.
- BURITY, Joanildo. (1989), *Os protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964: a Conferência do Nordeste*. Recife: Dissertação de mestrado em Ciência Política, UFPE.
- CARDOSO, Douglas. (2009), "Protestantismo & abolição no Segundo Império: a pastoral da liberdade". *Revista Caminhando*, vol. 14, nº1: 105-114.
- CLAWSON, Michael. (2012), "Misión Integral and Progressive Evangelicalism. The Latin American influence on the Northern American Emerging Church". *Religions*, nº 3.
- CLEMENS, Elisabeth. (2010), "Repertórios Organizacionais e Mudança Institucional: Grupos de Mulheres e a Transformação na Política dos Estados Unidos". *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 3: 161-218.
- COWAN, Benjamin. (2018), "A hemispheric moral majority: Brazil and the transnational construction of the New Right". *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 61, nº 2: 1-25.
- DIAS, Zwinglio Mota (org.). (2014), *Memórias ecumênicas protestantes – os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência*. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.
- FRESTON, Paul. (1993), *Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao Impeachment*. Campinas: Tese de doutorado em Sociologia, Unicamp.
- FRESTON, Paul. (1999), "Protestantismo e democracia no Brasil". *Lusotopie*, n.6, pp. 329-340, 1999.
- KIRKPATRICK, David C. (2019), *A Gospel for the poor: Global social christianity and the Latin American Evangelical Left*. Philadelphia: University of Pennsylvania.
- IYENGAR, Shanto, et al. (2019), "The origins and consequences of affective polarization in the United States." *Annual Review of Political Science*, nº 22, vol. 1: 129-146.
- LIMA, Ricardo Barros. (2008), *Orlando Costas: Ensaios no Caminho para uma Pastoral Evangélica Latino-Americana*. 2008. São Bernardo do Campo: Dissertação de mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo.
- LICHTMAN, Allan. J. (2008), *White protestant nation: the rise of the american conservative movement*. New York: Grove Press.
- MACHADO, Maria das Dores Campos & BURITY, Joanildo. (2014), "A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos", *Dados*, vol. 57: 601-631.
- MARIANO, Ricardo. (2006), "A reação dos evangélicos ao novo Código Civil". *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 2: 77-99.
- MARIANO, Ricardo. (2016), "Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores, secularização e pluralismo em debate". *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, vol. 16, nº4: 710-728.
- MARIANO, Ricardo & GERARDI, Dirceu André. (2020), "Apoio evangélico a Bolsonaro: antipetismo e sacralização da direita". In: J. L. P. Guadalupe & B. Carranza (org.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, pp: 329-350.
- MARIANO, Ricardo & GERARDI, Dirceu André. (2019), "Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores". *Revista USP*, nº 120: 61- 76.
- MARIANO, Ricardo & MEDEIROS, Vítor Queiroz de. (2023), "Movimento negro evangélico: entre a disputa identitária e a luta por reconhecimento". In: A. Monteiro (org.). *Racismo e negritude no pentecostalismo evangélico brasileiro: perspectivas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Telha Editorial.
- MEDEIROS, Vítor Queiroz de. (2022), *Ativismo negro evangélico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Dissertação de mestrado em Sociologia, USP.
- MEDEIROS, Vítor Queiroz de. (2023), "Evangelical Black Activism in Brazil-Political Liminality and Situational Configuration." *Brazilian Political Science Review*, vol. 17:e0002.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. (2003), "República e pluralidade religiosa no Brasil". *Revista USP*, nº 59: 144-163.
- MONTERO, Paula & SALES, Lilian. (2020), "Laity and Secularism in Contemporary Brazilian Pluralism". *Novos Estudos*, vol. 39, nº 2: 415-434.
- MONTERO, Paula. (2020), "Religious Pluralism and Its Impacts on the Configuration of Secularism in

- Brazil". *Secular Studies*, vol. 2: 14-29.
- NOVAES, Regina. (1985), *Os escolhidos de Deus: pentecostais, trabalhadores e cidadania*. São Paulo: Marco Zero.
- PEREIRA, Eduardo. (1886), *A Religião cristã e suas relações com a escravidão*. São Paulo: Typ. A Vapor de Jorge Seckler & C. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/221739>. Acesso em: 22/09/2022.
- PRANDI, Reginaldo & CARNEIRO, João Luiz. (2017), "Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 33, nº 96.
- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. (2014). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (vol. 2). Brasília, DF.
- RODRIGUES, Ricardo Gondim. (2009), *A teologia da missão integral: aproximações e impedimentos entre evangélicos e evangélicas*. São Bernardo do Campo: Dissertação de mestrado em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo.
- SALES, Lilian & MARIANO, Ricardo. (2019), *Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos*. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 39, nº 2: 9-27.
- SCHELIGA, Eva Lenita. (2011), *Educando sentidos, orientando uma práxis – etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros*. São Paulo: Tese de doutorado em Antropologia Social, USP.
- SILVA, Elizabete. (2010), *Protestantismo ecumênico e realidade brasileira: evangélicos progressistas em Feira Santana*. Feira de Santana: UEFS.
- SILVA, Gabrielle Herculano. (2021), "Nosso luto vem do verbo lutar": *uma análise do ativismo progressista evangélico através da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*. Niterói: Dissertação de mestrado em Sociologia, UFJF.
- SMITH, Amy Erica. (2019), *Religion and Brazilian democracy: mobilizing the people of God*. Cambridge University Press.
- SOBRINHO, Juliano Custódio. (2019), "A escravidão está condenada pela religião: católicos e presbiterianos no contexto da abolição (Minas Gerais, 1886-1888)". *Estudos Históricos*, vol. 32, nº 66: 217-240.
- SOUZA, Daniel Reis Romero de. (2021). *A réplica progressista ao discurso conservador evangélico rumo às eleições de 2020: o instagram como arena de disputa política entre os pastores Silas Malafaia e Henrique Vieira*. Niterói: Dissertação de mestrado em Mídia e Cotidiano, UFJF.
- SOUZA, Silas Luiz de. (2005), *Pensamento social e político no protestantismo*. São Paulo: Editora Mackenzie.
- SWARTZ, David R. (2011), "Identity politics and the fragmenting of the 1970s evangelical left." *Religion and American Culture*, vol. 21, nº 1: 81-120.
- TRABUCO, Zózimo. (2015), "À direita de Deus, à esquerda do povo": *Protestantismos, esquerdas e minorias em tempos de ditadura e democracia (1974-1994)*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em História, UFRJ.
- VITAL DA CUNHA, Christina. (2021), "Irmãos contra o império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil". *Debates do NER*, nº 39: 13-80.
- VITAL DA CUNHA, Christina & MOURA, João Luiz (Orgs.). (2021), "Evangélicos à esquerda no Brasil: Entrevistas com lideranças e coletivos nas eleições de 2020". *Comunicações do ISER*, ano 40, nº 73.

Jornais e revistas consultados

- AUGUSTO, Jackson. (2021), "Imprensa ignora abismos de diferenças entre evangélicos". *Folha de S. Paulo*, 23 fev. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/imprensa-ignora-abismos-de-diferencas-entre-evangelicos-diz-ativista.shtml>. Acesso em: 10/12/2023.
- BRASIL DE FATO. (2017), "Frente Ampla por 'Diretas Já' é lançada com apoio de diversos setores sociais". *Brasil de Fato*, 05 jun. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/05/>

- frente-ampla-nacional-por-diretas-ja-e-lancada-com-apoio-de-amplos-setores-sociais/. Acesso em: 12/12/2022.
- BRASIL DE FATO. (2021), “Papo de Crente fala de temas atuais através do ponto de vista bíblico”. *Brasil de Fato*, 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2021/10/20/podcast-papo-de-crente-fala-de-temas-atuais-atraves-do-ponto-de-vista-biblico>. Acesso em: 02/09/2022.
- FOLHA DE S. PAULO. (2022), “Datafolha: 16% dos evangélicos dizem que pastores orientam voto em Bolsonaro”. *Folha de S. Paulo*, 29 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/datafolha-16-dos-evangelicos-dizem-que-pastores-orientam-voto-em-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 02/06/2023
- JM NOTÍCIA. (2018), “Malafaia diz que evangélicos que se reuniram com Haddad não possuem expressão no segmento”. *JM Notícia*, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www.jmnoticia.com.br/2018/10/18/malafaia-diz-que-evangelicos-que-se-reuniram-com-haddad-nao-possuem-expressao-no-segmento/>. Acesso em: 04/04/2021.
- ZACARIAS, Nilza Valéria. (2021), “A culpa não é dos crentes”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 30 set. 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-culpa-nao-e-dos-crentes/?fbclid=IwAR1yYaV1En9eeaAP9GK5Ge584Z5bAyJ1ba2XsANnd7LTvahRLiZiQ6P1Fw>. Acesso em: 22/11/2022.
- O GLOBO. (2016), “Bancada evangélica anuncia apoio ao impeachment de Dilma.” *O Globo*, 06/04/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/bancada-evangelica-anuncia-apoio-ao-impeachment-de-dilma-19032782>. Acesso: em 05/05/2022.
- O GLOBO. (2018), “Haddad usa encontro com evangélicos para rebater fake news”, *O Globo*, 17 out. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/haddad-usa-encontro-com-evangelicos-para-rebater-fake-news-23162606>. Acesso em: 05/11/2022.
- VALOR. (2018), “Frente parlamentar evangélica oficializa apoio a Bolsonaro.” *Valor*, 18/10/2018. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/5934829/frente-parlamentar-evangelica-oficializa-apoio-bolsonaro>. Acesso em: 05/05/2022.

Sites consultados

- ALVES, José Eustáquio. (2018). “O voto evangélico garantiu a eleição de Jair Bolsonaro”. *Ecodebate*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/10/31/o-voto-evangelico-garantiu-a-eleicao-de-jairbolsonaro-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 25/07/2023.
- AUGUSTO, Jackson. *The Intercept*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/equipe/jackson-augusto/>. Acesso em: 05/05/2023.
- BRASIL DE FATO. “Papo de Crente”. *Brasil de Fato*. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/colunistas/papo-de-crente>. Acesso em: 06/12/2022.
- COALIZÃO Negra por Direitos. Disponível em: <https://coalizaonegrapordireitos.org.br/sobre/>. Acesso em: 03/04/2023.
- COLETIVO CRISTÃO O AMOR VENCE O ÓDIO. (2018a), “Caminhada e vigília”. *Facebook: Coletivo Cristão O Amor Vence O Ódio*, Rio de Janeiro, 18 out. 2018. <https://www.facebook.com/events/849408221928627/>. Acesso em: 25/03/2022.
- COLETIVO CRISTÃO O AMOR VENCE O ÓDIO. (2018b), “Culto de oração O Amor Vence!”. *Facebook: Coletivo Cristão O Amor Vence O Ódio*, Belo Horizonte, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/918674011676003/>. Acesso em: 25/03/2022.
- COLETIVO CRISTÃO O AMOR VENCE O ÓDIO. (2018c), “Culto de oração O Amor Vence!”. *Facebook: Coletivo Cristão O Amor Vence O Ódio*, São Paulo, 25 out. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/262633864596318/>. Acesso em: 25/03/2022.
- CUNHA, Magali. *Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tag/magali-cunha/>. Acesso em: 25/12/2022.
- ESTADOS GERAIS DA POLÍTICA. (2021), “Como dialogar com o campo evangélico?”. *Youtube: Estados Gerais da Política*, 18 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gbIEZAIT6tU>.

- Acesso em: 02/03/2023.
- FRENTE BRASIL POPULAR. (s.d.), “Plano popular de emergência”. Disponível em: <http://frentebrasilpopular.org.br/acao/plano-popular-de-emergencia-5b24/>. Acesso em: 01/12/2023.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2016). *Carta de fundação*. Disponível em: https://docs.google.com/forms/d/1_cX_NWSpA4dd_ich0Bi3_iBl2JhAWFshOOOeckJr_IA/viewform?edit_requested=true. Acesso em: 01/09/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2017a), Sem título. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, jun. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/pcb.777538162408875/777538142408877>. Acesso em 13/05/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2017b), “Quem vive na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro sabe o peso de ser pobre, sabe o peso de ser preto...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/a.582657245230302/718379818324710/>. Acesso em: 01/03/2023.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2017c), “A chapa está quente na Cidade de Deus...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 16 out. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/a.605089826320377/838065879689436/>. Acesso em: 01/03/2023.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2017d), “A Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito convida para uma conversa sobre Fé, Direito e Democracia...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 28 ago. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/a.582657245230302/821220638040627/>. Acesso em: 02/03/2023.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2018a), “Acontece agora, estudo bíblico da Frente de Evangélicos na Ocupação Mulheres Guerreiras, em João Pessoa...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 18 jul 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/frente-evangelicos/photos/a.605089826320377/998414670321222/>. Acesso em: 07/11/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2018b), “A Frente apoiou a realização do encontro de evangélicos com o candidato Fernando Haddad...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/a.605089826320377/1071416926354329/?type=3&theater>. Acesso em: 03/03/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2018c), “Pastor Samuel, de São Paulo, explica...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 28 jan. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/videos/892623774233646>. Acesso em: 10/05/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2018d), “NOTA DA FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 28 set. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/posts/1058868897609132>. Acesso em: 10/12/2023.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2018e), “A Frente de Evangélicos se fez presente na reunião de apoio a ocupação Carolina de Jesus...”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 9 mai. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/posts/944766312352725>. Acesso em 13/05/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2019), “Frente convoca para panfletação na Conde de Sarzedas”. *Facebook: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 10 jul. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentedeevangelicos/photos/a.582657245230302/1250564288439591/>. Acesso em: 01/08/2022.
- FRENTE DE EVANGÉLICOS PELO ESTADO DE DIREITO. (2020), “O Brasil no Espelho: Democracia em Crise - Com Jessé Souza”. *YouTube: Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito*, 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=33XmPaqvr6c>. Acesso em: 01/03/2023.
- LULA. (2018), “Evangélicos com Haddad”, 10 ago. 2018. Disponível em: <https://lula.com.br/evangelicos-com-haddad/>. Acesso em: 25/09/2022.
- MÍDIA NINJA. (2018), “Pastor Henrique Vieira Emociona a todos no comício de Fernando

- Haddad". *Youtube: Mídia Ninja*, 24 out. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Fsb0DCBXJ0>. Acesso em: 10/02/2023.
- MISSÃO NA ÍNTEGRA (Youtube). Disponível em: <https://www.youtube.com/c/Missaonaintegra/featured>. Acesso em: 10/12/2022.
- PACHECO, Ronilso. *The Intercept*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/equipe/ronilso-pacheco/>. Acesso em: 05/05/2023.
- PACHECO, Ronilso. *Uol*. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/>. Acesso em: 05/05/2023.
- PAPO DE CRENTE. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/3ZP0KnBaiM2RuxqZ0dweYf?si=08f3323a408346b9>. Acesso em: 08/10/2023.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2016a), "Evangélicos se unem para dizer não ao golpe". *Partido dos Trabalhadores*, 29 mar. 2016. Disponível em: <https://pt.org.br/evangelicos-se-unem-para-dizer-nao-ao-golpe/>. Acesso em: 05/05/2022.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. (2016b), "Evangélicos contra o golpe". *Youtube: Partido dos Trabalhadores*, 01 abr. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HHF0Sd-tchY>. Acesso em: 05/05/2022.
- PASTOR ARIOVALDO. *Mídia Ninja*. Disponível em: <https://midianinja.org/author/pastorariovaldo/>. Acesso em: 25/12/2022.
- POVO SEM MEDO. *Facebook: Frente Povo Sem Medo*. Disponível em: <https://www.facebook.com/frentepovosemmedobr/>. Acesso em: 01/03/2023.
- REDE TVT. Daqui pra frente. *Youtube: Rede TVT*. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/redetvt/search?query=daqui%20pra%20frente>. Acesso em: 09/09/2023.
- SILVA, Fabrício Mendes da. (2017), "Pastor Ariovaldo em fala no lançamento do programa de emergência da Frente Brasil Popular". *Youtube: Fabrício Mendes da Silva*, 29 mai. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bF9loV8gySk>. Acesso em: 01/12/2022.
- VIEIRA, HENRIQUE. *Mídia Ninja*. Disponível em: <https://midianinja.org/author/henriquevieira/>. Acesso em: 25/12/2022.

Entrevistas

Entrevista com Pastor Ariovaldo, São Paulo (SP), 2016.

Submetido: 08/12/2022
Aprovado em: 15/12/2023

Vítor Queiroz de Medeiros* (vitormedeiros819@gmail)

* Doutorando em Sociologia na Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil. Integrante do Projeto Temático Pluralismo Religioso e Diversidades no Brasil Pós-Constituinte do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Resumo:

O azorrague de Deus: a reemergência pública da esquerda evangélica entre 2016 e 2018

O artigo apresenta a reemergência pública do ativismo político da esquerda evangélica e a situa na conjuntura de recrudescimento da polarização política nacional e da radicalização ideológica da direita evangélica. Essa reemergência, como demonstrado, precede a ascensão bolsonarista. Tais atores evangélicos “progressistas” ou de “esquerda” competem com a direita evangélica por visibilidade e legitimidade, distinguem-se de seus pares conservadores, desautorizam seus líderes como representantes dos evangélicos e promovem valores progressistas nesse meio religioso por meio de um repertório ordenado com elementos organizativos e argumentativos.

Palavras-chave: evangélicos progressistas; evangélicos de esquerda; esquerda evangélica; direita evangélica; ativismo político evangélico.

Abstract:

God's whip: the public re-emergence of the evangelical left between 2016 and 2018

The article presents the public re-emergence of the political activism of the evangelical left and places it in the conjuncture of the resurgence of national political polarization and the ideological radicalization of the evangelical right. This re-emergence, as demonstrated, precedes Bolsonaroist rise. Such “progressive” or “left” evangelical actors compete with the evangelical right for visibility and legitimacy, distinguish themselves from their conservative peers, discredit their leaders as representatives of evangelicals, and promote progressive values in this religious milieu. through an ordered repertoire with organizational and argumentative elements.

Keywords: progressive evangelicals; left-wing evangelicals; evangelical left; evangelical right; evangelical political activism.